

RELATÓRIO DE
GOVERNANÇA 2023

MAPEAMENTO



Direitos Humanos

PRO

**EQUIPE DO PROJETO MAPEAMENTO DA
CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM GOIÂNIA**

VEREADORA

Sabrina Garcez

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS**

Maria Aparecida Garcêz

SUPERINTENDENTE DE IGUALDADE RACIAL

Angela Esteu Café

EQUIPE SMDHPA

Dilmo Luís Vieira

Kelvis de Oliveira Souza Santos Torres

INSTITUTO MOVIMENTO E AÇÃO

Reginaldo Barbosa Santos

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO -
PROMEP - UEG**

Profa. Dra. Dailza Conceição Fagundes

COORDENADOR GERAL DO PROJETO

Profº Dr. Marcos Antônio da Cunha Torres

COORDENADORA DA PESQUISA DE CAMPO

Adelbiane Conceição Campos

PESQUISADORES

João Marcos de Souza Porto

Eduarda Maria Murad

Moisés Carvalho Porto

ESTAGIÁRIOS

Camila Ribeiro

Cauan Santana Amorim

Giúlio Cesar Carvalho

Ítalo Paz

Larissa Neves da Costa

Rafael Ferreira

Thainara Jovino

Lorena de Oliveira

Algumas observações conceituais introdutórias

Para o planejamento dessa pesquisa, foram realizadas reuniões com a equipe da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas, coordenada pela Superintendência de Promoção da Igualdade Racial, para estruturação de suas diretrizes conceituais, metodológicas e operacionais. a serem aplicadas em campo, bem como organizar critérios e o processo de seleção dos estagiários e diálogos. Ainda foi definido um levantamento de alguns grupos pertencentes aos elementos culturais afro-brasileiros em Goiânia, para estruturação de uma rede de contatos inicial para o campo.

A primeira reunião foi constituída entre os coordenadores do projeto e Superintendência da Secretaria dos Direitos Humanos e Políticas Afirmativas para alinhar as demandas, estruturas e metodologia da pesquisa. Posteriormente, foi formado o Comitê do mapeamento com representantes dos movimentos e segmentos da sociedade civil que representam os elementos das manifestações culturais da cultura Afro-Brasileira: Salmo e Igor (Federação de Umbanda e Candomblé), Aloísio Arruda – Black (CENEG – GO e CRJ), Valéria da Congada (Congada 13 de maio e Ilê Axé Ogunté) Alemão e Geovanna (Associação Coró de Pau), Ilê Asé Fara Imorá Odé e a Equipe Técnica SUPIR com o objetivo de formar parcerias e ouvir as demandas.

Após a primeira reunião, concentrou-se na seleção dos estagiários e estagiárias do projeto. Os requisitos para a seleção foi a vinculação em alguma instituição que promove algum dos elementos da cultura afro-brasileira e que estivesse vinculados à uma instituição de educação superior. Em seguida foram realizadas reuniões com as estagiários para estruturação da pesquisa de campo, tanto a presencial, quanto a que se desenvolveu vitalmente, bem como na definição de organização da equipe para o trabalho remoto de transcrição de entrevistas.

Inicialmente foi realizado um breve levantamento de informação e identificação sobre os bens afro-brasileiros existentes na cidade, a partir dos representantes da cultura afro-brasileira que vieram formar o comitê de acompanhamento do projeto aqui mencionado. Os primeiros bens a serem identificados, foram: as escolas de samba, os blocos de percussão, afoxés, hip-hop, as congadas, samba, capoeira e espaços culturais que promovem a cultura afro-brasileira na cidade. Essas manifestações foram agrupadas em áreas: as comunidades tradicionais de terreiro, a cultura popular, a cultura urbana e os espaços culturais múltiplos.

Foram categorizados quatro (4) grupos de expressões culturais: as religiões afro-brasileiras, pela sua importância na construção da cultura negra no país, como territórios culturais de preservação e reorganização das matrizes culturais africanas e por ser um segmento que mantém maior número de comunidades; a cultura popular, por resguardar bens culturais e pela sua importância na socialização dos negros no país e por afirmarem a

dimensão da etnicidade na construção da cultura brasileira, a cultura urbana, centrada em novos padrões estéticos e de sociabilidade nas periferias urbanas e os espaços culturais, como novos territórios simbólicos que rearticulam a cultura afro-brasileira e buscam a visibilidade à essas manifestações culturais.

A pesquisa foi realizada a partir da oralidade dos detentores patrimoniais em especial aqueles que estão intimamente relacionados aos saberes, manifestações religiosas e expressões culturais, bem como observações constantes dos espaços, a fim de obter dados elementares sobre o histórico dos bens e aquilo que foi acrescentado ao passo que os anos se passaram e ao que se foi perdido por não ter realizado o repasse dos saberes.

Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados no dia 10/03/2023 no 1º Seminário do Mapeamento da Cultura Afro-Brasileira em Goiânia, com objetivo de explanar os primeiros dados levantados, ampliar a base de informações e das redes de contato e validar as informações de referência das manifestações culturais e religiosas. O seminário teve a participação de representantes de diferentes segmentos culturais e permitiu o processo de escuta e construir estratégias que contribuam com a pesquisa que fundamente, no futuro, políticas para a salvaguarda dos saberes, manifestações religiosas e formas de expressões, bem como de apoio e valorização da cultura afro-brasileira, como um instrumento de combate ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

O compromisso que norteou o desenvolvimento dessa pesquisa é o de subsidiar os poderes públicos no estabelecimento de políticas públicas e de contribuir para a divulgação e valorização dessas manifestações culturais. Em seu resultado final essa pesquisa produzirá dados e informações que podem subsidiar produção de materiais diversos, que contribuam com o combate ao racismo, bem como a valorização, divulgação, e reconhecimento da cultura afro-brasileira na capital do Estado de Goiás. Fortalecendo o exercício da cidadania ao despertar o sentimento de pertencimento aos bens culturais de Matriz Africana e afro-brasileira à população município, especialmente os negros, bem como os detentores que as produzem.

A principal referência que deve balizar uma

pesquisa sobre cultural é compreender a dinâmica da oralidade, são as fontes orais, representadas pelas entrevistas com detentores de saberes, pois são eles os guardiões e guardiãs desse bens culturais, que se afirmam em práticas, celebrações, festas. Nesse sentido o bem cultural ultrapassa a fronteira imposta entre materialidade e imaterialidade dos patrimônios, impostas pela legislação. Os saberes dão origem a fazeres e esses constroem objetos, instrumentos, formas de organização de espaços, que se articulam de maneira dinâmica, redesenhando lugares e experiências. Assim, a cultura só se realiza na atribuição significados, que se realiza na fronteira entre a materialidade e o simbólico. Nessa referências saberes, celebrações religiosas e formas de expressões são processos fundamentais na constituição de memórias, definindo pertencimentos e identidades.

Os critérios adotados inicialmente para essa pesquisa de mapeamento aos bens inerentes são as entrevistas orais com alguns detentores identificados, a fim de obter informações a respeito do histórico de cada bem, ano de fundação, gestão, área de ações coletivas e desenvolvidas, número de envolvidos, calendário cultural, estrutura física e jurídica ou estado de preservação, repasse (no caso dos saberes).

O caminho teórico-metodológico proposto para o entendimento das referências simbólicas a que se configura como elementos da cultura afro-brasileira ou sendo de matriz africana se baseou nos princípios da etnografia sugerida por Clifford Geertz (1989) que descreve a cultura como sendo uma teia de significados. Nesta perspectiva trilhamos o campo da observação e “descrição densa”, para entender como foram e são operadas as tramas e os enredos escritos por certos agentes sociais (GEERTZ, 1989).

Nesta perspectiva, a observação se deu na tentativa de entender e avaliar como essas teias foram tecidas ao longo dos tempos e diferentes significados atribuídos aos símbolos que remetem valores a serem preservados ou adquiridos, que possam dar sentido a elaboração e reelaboração identitária de cada grupo participante da pesquisa. Buscou-se ainda, através da observação nos manter-se distante das intrigas, que aqui tem o sentido de história, construídas por certos indivíduos, grupos ou sociedades. Com a finalidade de perceber o sentido de construção histórica elaborada pelos narradores.

O uso da memória oral (BOSI, 2003), foi utilizado em todo o momento da pesquisa, como principal instrumento metodológico por se tratar das narrativas e lembranças dos detentores desses bens, aqui identificados. São pessoas que carregam em suas memórias acontecimentos vividos no passado, bem como os ensinamentos que foram repassados a eles através de seus mais velhos. Buscou-se observar os testemunhos de todos os entrevistados, levando em consideração que esta memória oral, “também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade [...]. Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (BOSI, 2003, p. 18).

Para Halbwachs (2006) a memória é de forma individual e coletiva ao levar em consideração que o indivíduo está inserido em uma sociedade. Assim sendo, a memória dos detentores e detentoras dos bens patrimoniais afro-brasileiros é que permitirá a compreensão histórica dos elementos culturais e suas características, os processos de resistência cultural, o estabelecimento de políticas afirmativas para diferentes grupos e suas formações. Desta forma, essa análise também possibilitará o entendimento de como a memória e a identidade desses grupos foram construídas ao longo do tempo.

De acordo com Hall (2006), é do nosso pertencimento que surge a identidade. Ela está intimamente ligada às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, ultrapassando a ideia monolítica da identidade nacional. O autor aponta que na modernidade, a sociedade apresenta características e dinâmicas como o trânsito e ritmo de vida, a mobilidade e a proximidade das diferenças que resultam em fragmentações e transformações como características da dinâmica cultural e do processo de identidade. Estas características e dinâmicas de construção de identidades, estão relacionadas aos processos do hibridismo cultural proposto por Canclini (2001) e Burke (2006), são autores que contribuíram no processo de análise dos resultados dessa pesquisa, e possibilitou a compreensão das características, simbologias, significados e elementos identitário dos grupos pertencentes à cultura afro brasileira em Goiânia.

Sobre a pesquisa de campo, a metodologia utilizada está atrelada ao campo da História cultural a partir da oralidade dos detentores. Chartier (1990) define o objetivo

da História Cultural como uma forma de identificar o modo como os diferentes grupos, lugares e momentos de uma determinada realidade social são construídos (apud, SILVA, 2010 p. 34). Assim, buscou observar através das entrevistas e análise desse autor, como essas narrativas foram construídas ao longo do tempo do seu histórico cultural.

A História oral tem ganhado relevância desde a segunda metade do século XX, como suporte teórico-metodológico para historiadores, antropólogos e estudantes das Ciências Humanas que se lançaram na produção do conhecimento a fim de “trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000).

Aqui vale refletir sobre as formas de valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira, bem como as ações afirmativas de políticas públicas nos órgãos de proteção e promoção em defesa do Patrimônio Histórico Nacional. Quando o autor aponta para a importância da História oral, no sentido de trazer realidades indescritíveis e situações de extremo abandono, faz-se uma reportagem às dificuldades em identificar alguns saberes que pouco são descritos pela História de Goiânia como por exemplo o ofício de benzedura, que só foi identificado dois (2) detentores no final da pesquisa.

Dessa forma, essa pesquisa apresenta fontes empíricas das narrativas que demonstram a diversidade de manifestações e expressões culturais afro-brasileiras. Os dados obtidos é uma via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana dos grupos que promovem a cultura afro-goiana. De avançar na compreensão sobre trajetórias, significados e processos de sociabilidade que configuram a vida de sujeitos que tiveram sua construção cultural inviabilizada pelo racismo.

Assim, os detentores da cultura afro-goiana possuem relevância no sentido da construção identitária e valorização da memória de seus ancestrais/antepassados, somado aos elementos que constituem o sociedade brasileira e seu patrimônio cultural. Tais elementos, estão ancorados na vivência e na coletividade de cada grupo que trazem em suas memórias significados e símbolos que despertam sentimento de pertencimento.

No início da pesquisa o principal método adotado

foi o de entrevistas presenciais, entretanto devido o tempo destinado e a quantidade de comunidades a serem mapeados e registrados neste relatório, foi necessário reunir com a equipe responsável pelo projeto para apresentar as dificuldades e desafios encontrados em contatar os detentores, bem como a disponibilidades dos mesmos em cumprir os horários e datas que foram marcadas.

Assim, buscou-se uma nova técnica de realização do levantamento de dados a partir do formato online via chamada de vídeo como principal método a utilização dos gravadores para os registros. Esse método adotado durante a pesquisa, teve como objetivo obter o máximo de informações referentes aos bens aqui mencionados e assim alcançar àqueles que por motivos pessoais não poderiam realizar as entrevistas no formato presencial. Ressalta-se que esse formato não prejudicou a pesquisa, pois o objetivo foi o de identificar os grupos que promovem a cultura afro-brasileira na cidade e as comunidades tradicionais de terreiro.

Durante a pesquisa de campo, foram encontrados alguns empecilhos que dificultaram o trabalho como por exemplo a confiança de alguns detentores em relatar e descrever sobre seus bens e consequentemente suas histórias de vida que estão atreladas diretamente aos bens elementais pesquisados. Alguns detentores relatam a frustração em relação ao poder público por não ter projetos que fomentam e valorizam a cultura afro-brasileira na cidade de Goiânia, bem como a falta de políticas públicas e por isso resistiram a participação e inclusão de seus bens culturais ao mapeamento da cultura por estarem desacreditados no poder público.

Quanto à identificação das religiões afro-brasileiras e a identificação das comunidades tradicionais de terreiros, o maior desafio encontrado foi de realizar o levantamento do quantitativo de casas de Candomblé e Umbanda presentes na cidade. Entretanto, foi necessário contar com a colaboração da Federação Goiana de Umbanda e Candomblé - FUCEG na pessoa do presidente Salmo Vieira e Igor Sá para obter informações de quantas e quais casas estão afiliadas, bem como endereço e número de telefone e assim realizar os primeiros contatos com as lideranças religiosas.

Dessa forma, foi repassado uma lista das casas

registradas em Goiânia na Federação, entretanto o estabelecimento de contatos com essas lideranças não se contemplou devido a falta de atualização dos registros, sobretudo os números de telefone e endereços. O que foi possível durante a pesquisa, foi o levantamento de redes de informações que os detentores foram indicando como lideranças de casas de Umbanda e Candomblé, porém mesmo com estas indicações ainda assim o alcance a esses detentores foi de muita dificuldade, pelo motivo aqui já mencionado.

Mesmo com o tempo delimitado para a realização da pesquisa foi possível identificar e registrar (fotografias e gravador de áudio) e entrevistados um total de setenta e um (71) detentores distribuídos em quatorze elementos caracterizados como bens afro-goianos, sendo entrevistas online e presencial, desse total foram aproximadamente mil cento e vinte (1120) fotografias contando com arquivos pessoais cedidos pelos detentores. Assim, foi alcançado o universo mais amplo da cultura afro-brasileira em Goiânia, mas não a sua totalidade, como já apontado anteriormente.

A partir da compreensão do universo cultural, que tece-se com diferentes matrizes culturais e de diferentes experiências e trajetórias históricas, é possível perceber que o samba, capoeira, hip-hop, congada e outros elementos aqui identificados no município, fazem parte de um universo de práticas e costumes que se estabeleceram no Brasil durante o período colonial, no surgimento da nação e sua afirmação como Estado Nacional. Entretanto esses saberes, manifestações e expressões culturais, trazem uma forte presença de elementos africanos fortalecidos pela essência, pautadas na memória e na identidade dos grupos que vieram da África no período da escravização. Eles resultam da afirmação de sujeitos diante da resistência à escravização e ao processo de exclusão.

Sobre o contexto histórico das tradições africanas vindas para o Brasil e suas formas de adaptação, observa-se inúmeras relações com os conceitos apresentados, assim, a resistência e reelaboração identitária se afirmam a partir da etnicidade, da experiência de ser negro, em uma sociedade escravista e depois estruturalmente marcada pelo racismo. Nesse sentido, os detentores desses saberes culturais que carregam tradições ou raízes africanas são:

Povos em luta desde a diáspora e a escravização; com cultura de origem identificável cronológica e geograficamente e, cujas trajetórias incluindo perdas e desaparecimentos tanto quanto resistência e renovação, preservam,

Partindo deste viés de análise e de compreensão, na cidade de Goiânia é perceptível os elementos culturais que formam a cultura afro-brasileira, por possuírem sentimentos de pertencimento, de atores sociais que atribuem valores à memória e identidade de seus ancestrais. Esses grupos sociais formam uma parcela da sociedade que promove a resistência cultural nos saberes e fazeres, nas manifestações e expressões, sobretudo naquelas que estão nos setores periféricos.

A pesquisa se realizou a partir das identificações, entrevistas e registros fotográficos dos saberes e fazeres, manifestações culturais e expressões para assim descrever através das fichas de identificação as características que identificam cada bem com os seus respectivos detentores e contextos históricos, sempre observando os significados e as simbologias buscando compreender como os costumes tradicionais resistem e se entrelaçam no meio a contemporaneidade e ao racismo enfrentado desde seu início na cidade.

É importante ressaltar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira é composta por 56,1% de pessoas declaradas negras. Esse percentual apresenta que a grande maioria dessa população vive submetida ao racismo e os sentidos de exclusão e subalternização que esse impõem por situações de racismo em todas as instâncias aqui já apresentadas, diante desse indicativo a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que, o período entre os anos de 2015 a 2024, seria chamado de “Década Internacional dos Afrodescendentes”, destacando a relevante contribuição social dada por esse povo e promovendo o combate ao racismo, à discriminação racial e à xenofobia.

Ao passo que a pesquisa se encaminhou, pode-se observar, nos relatos dos detentores, o quanto o racismo ordena a vida e impõe limites sociais que se pretendem a ser obedecidos, tanto nas religiões afro-brasileiras, nas expressões culturais, como nos saberes e fazeres e os espaços que promovem a cultura negra. Dessa forma, compreender como o racismo opera nesses espaços é fundamental para constituir medidas que os amparam e resguardam os seus bens, que estão entrelaçados na

memória e construção de suas identidades. Buscando políticas públicas e afirmativas que fomentem e promovam sua visibilidade, valorização e reconhecimento como parte dos elementos que constituem o patrimônio cultural brasileiro e do município de Goiânia.

Relatos e denúncias também foram apresentados quanto às ações truculentas do poder, pelas forças de segurança pública contra as manifestações e expressões culturais, que acontecem no centro de Goiânia como por exemplo abordagens ocorridas em batalhas de Rapp e espaços culturais que promovem o samba. Esse fator também contribuiu para que muitos detentores se recusassem em contribuir com a pesquisa, bem como o fortalecimento do racismo estrutural, que de acordo com Almeida (2021), essa tipologia do conceito está ancorada à estrutura social, dominação e relações de poder. Esse sistema de opressão normalizado, nega direitos e decorre dos processos históricos e políticos.

Ao realizar o mapeamento da cultura afro-brasileira em Goiânia, compreendendo-o como parte fundamental do patrimônio cultural da cidade, fica visível que muitas das manifestações se organizam nos setores periféricos e que alcançam os setores centrais ou nobres, relatam a presença da polícia como forma de opressão e às vezes usam até violência para intimidar e fazê-los interromper com suas atividades nos espaços que promovem a cultura, na tentativa de levá-los cada vez mais para o processo de esquecimento e desvalorização dos seus bens.

Dessa forma, durante a pesquisa foi observado um número expressivo dos elementos culturais afro-brasileiros, bem como os de matriz africana que envolvem fortemente as manifestações religiosas, os saberes, as expressões culturais e os espaços de memória. Assim, atentou-se para uma observação social do que envolve esses bens culturais que estão relacionados ao contexto histórico da cidade, memória e formação identitária.

A cultura afro-brasileira como muitas outras que carregam em sua história elementos do povo negro são por vezes discriminadas e desvalorizada no sentido cultural, econômico e estrutural. De acordo com alguns entrevistados, a falta de políticas públicas que promovam e valorizam as ações culturais afro-brasileira, é um dos principais fatores pelo não repasse dos saberes e

manifestações e expressões às gerações seguintes. Contudo a falta de políticas públicas ainda estão levando esses bens culturais ao processo de esquecimento e desvalorização.

Durante a pesquisa, observou-se que o histórico da maioria desses bens culturais e seus detentores, são marcados pelo início de construção dos setores. Nota-se que o que era antes setores periféricos, hoje fazem parte em sua maioria de setores nobres da cidade, como é o exemplo da construção de algumas casas de candomblé e umbanda. Os líderes religiosos optaram por construir suas casas nesses setores, por se tratarem de locais que na época não faziam parte do centro de Goiânia, assim os lotes teriam um menor custo e facilitaria os acontecimentos ritualísticos que são fundamentais nas religiões afro-brasileira.

Assim identificou-se e registrou: as manifestações religiosas, expressões culturais e espaços culturais que promovem a cultura afro-brasileira em Goiânia; quatro (4) mestres de capoeira: Luizinho, Goiano, Guaraná e Vermelho; sete (07) grupos/ternos de Congadas: Rosa e Branco, Verde e Preto, 13 de Maio, Catupé Dourado, Vinho e Branco, Moçambique de Ogum Beira Mar, e Catupé Marinheiro; os elementos do Hip-Hop, tais como: Rappers, Breaking, Mc's, Dj's e Grafite/pichação; Capoeira: Regional e Angola; Samba raiz: de Caboclo e Chula; Blocos de percussão; Coró de Pau, Bloco do Caçador e Não é Não; Afoxés: Omo Odé; Escolas de Samba: Lua Alá, Maracatu, Brasil Mulato; Espaços Culturais: Sertão Negro, Batucagê, Águas de Meninos, Orum Ayê, Goiânia Clandestina; artistas individuais e grupos que promovem samba: Beajú, Dáphini, Maximira e Luciana e Dona da Roda; Tambor de Crioula; Saberes e Fazeres; Benzedura e Instrumento de percussão; onze (11) casas de Candomblé: Ilê Axé Oyá Izô, Ilê Asé Ojú Oyá Tí Rù Ofá, Ilê Asé Onilê Ilerá, Ilê Axé Omi Iyá Molé Odô, Ilê Asé Oludará Odé Ofá, Ilê Nila Bobó Orixá Axé Danferó, Asé Osun Omi Atalajo, Ilê Asé Yalodê Alujá, Ilê Asé Alaketu Omi Osalufan, Ilê asé Fará Imorá Odé, Ilê Axé Ajusàn Akotum; Aqui os terreiros de Umbanda, aparecerão em sua maioria com o nome de seus dirigentes tais como: Pai Abraão, Denise do Luz do Alvorecer, Isabel Cristina de Oxum, Mãe Gessiana (mãe Gê), mãe Rosalina, Zelador Gabriel, mãe Sulamita, pai Guto, mãe Rosângela, dirigente Raniere, mãe Iara, dirigente Murilo Moura da Morada do Cruzeiro, dirigentes Aline e Vinícius da Casa de Caboclo, Casa de Caridade

Solar Vovó Maria Conga, CEUMANA e Centro São Miguel.

Aqui vale ressaltar que ao longo da pesquisa, outros grupos que promovem a cultura afro-brasileira foram citados, entretanto devido a delimitação do tempo, disponibilidade dos detentores esses não foram identificados e registrados e para tal a pesquisa demandaria um maior tempo para registrar a maioria das casas de umbanda por exemplo que estão presentes na cidade.

Ao observar o quantitativo dos bens até agora identificados, pesquisados e registrados, abre-se uma reflexão sobre como estão sendo discutidos, reconhecidos, ressignificados e valorizados enquanto responsáveis pelo processo de formação histórica e identitária local, bem como a atenção que o poder público vem oferecendo em relação à promoção de políticas públicas que fomentam e dão visibilidade aos bens patrimoniais de matriz africana e afro-brasileiro, como pertencentes ao conjunto memorial que formam a teia cultural goiana. Assim, vale destacar que “a preservação da cultura imaterial e material fortalece um povo, une gerações e incrementa o turismo, proporcionando o futuro que tem certeza de suas raízes e garante o desenvolvimento sustentável” (HIROOKA, 2014).

Análises iniciais sobre as comunidades da cultura afro-brasileira

O projeto Mapeamento da Cultura Afro-Brasileira em Goiânia foi estruturado pela Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas a partir de uma emenda impositiva da vereadora Sabrina Garcez. Foi executado pelo Movimento e Ação Instituto e com a cooperação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio - PROMEP da Universidade Estadual de Goiás e do Instituto Fara Imorá Odé. O projeto tem como objetivo realizar o Mapeamento da Cultura Afro-

Brasileira no Município de Goiânia, com identificação dos grupos, associações e comunidades tradicionais que produzem bens culturais a partir da trajetória histórica da população negra no Brasil.

Ao propor a realização de estudos que procuram estabelecer o reconhecimento de práticas e espaços culturais afro-brasileiros rompe-se a barreira da invisibilidade e do silenciamento impostos à cultura negra nas terras "basilis". Falar é romper silêncios impostos, é explicitar posições, é definir referências, é colocar-se, exercício complexo e muitas vezes arriscado. A imposição dos silêncios à população negra tem uma longa trajetória histórica. Nasce sob o signo da escravização, portanto de desconhecimento da condição de protagonistas do processo sócio-cultural, de objetificação do humano..

Tem continuidade no pós-abolição, em especial, na Constituição republicana de 1889, com a retirada da população negra da condição de cidadãos, com a negação do direito de voto e na criminalização de suas práticas culturais como a capoeira e o candomblé. Reafirma-se no processo de periferização, de não dar a ver, no sentido de negar a existência, aos negros, Esse processo tem nas reformas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX, seu caso exemplar. No caso de Goiás um interessante capítulo do não-ver, não-reconhecer está na criação da figura do sertanejo, herdeiro das tradições europeias e indígenas, produzindo um apagamento da presença negra nos territórios do cerrado, esse processo atribui exclusividade das contribuições de matriz indígena na cultura regional, associada a afirmação de uma identidade sertaneja, sem cor.

Assim, manifestações e espaços culturais e religiosos organizados com a partir da experiência de africanos, em sua diáspora na América e de seus descendentes foram investigados na pesquisa de campo. A partir da constituição da equipe iniciou-se o levantamento de dados, com a estruturação de uma rede de informantes, que passaram a compor um grupo de acompanhamento, composto por detentores de saberes desse universo cultural. O período de desenvolvimento da pesquisa foi entre fevereiro e julho de 2023. Ao longo desse tempo foi possível entrevistar pessoal ou virtualmente 60 (sessenta) grupos, comunidades ou artistas da cultura afro-brasileira em Goiânia.

Em linha gerais pode-se perceber a vitalidade da cultura afro-brasileira no município e que essa se encontra,

especialmente a partir da década passada, em forte expansão, marcada pela organização de novas comunidades em torno de manifestações culturais e religiosas e pela maior divulgação e valorização desses bens culturais. Caso exemplar desse momento de valorização é a ampliação de espaços culturais e de lazer que se dedicam ao samba. Esse novo momento, no entanto, não tem sido acompanhado de nenhuma política de apoio e preservação dos bens culturais. Em que sua totalidade as comunidades se estruturam a partir de seus próprios esforços e com base no apoio social espontâneo, gerado a partir de suas atividades.

Em síntese a cultura afro-brasileira vive um momento está forte, viva e é um referencial para a construção de experiências e identidades em Goiânia.

É importante registrar que os espaços de difusão da cultura afro-brasileira tem seus pioneiros em terras goianienses. As principais delas estão registradas e se articulam em torno da umbanda, casas que ainda estão presente, Centro Espírita São Sebastião, 1963 e Centro Espírita Anjo Ismael, no ano de 1969, a pesquisa de campo identificou uma casa de umbanda surgida no ano de 1950, Centro São Miguel, que ainda mantém suas atividades, antecedendo, portanto, o Centro Espírita São Sebastião e o Centro Espírita Tenda do Caminho, identificados pela bibliografia especializada (CARRER, 2009). No candomblé, com a Cabana Pena Branca em 1968, posteriormente Ilê Ibá Ibomin, dirigido por Pai João de Abuque, na capoeira, a partir de 1968, com a chegada de Mestre Bimba à cidade e posteriormente com a continuidade assegurada por seu filho Mestre Luisinho, e finalmente com a chegada das congadas à capital, com a estruturação de seu primeiro ternos Rosa e Branco, 1969 e a Congada 13 de Maio, 1971.

A primeira observação a ser apontada é que esse universo é ainda maior do que o identificado. Vários aspectos não permitiram percorrer todo o universo possível da pesquisa. Em primeiro lugar a invisibilidade de muitos grupos, que não tem sua ação cultural conhecida, divulgada, especialmente os que se articulam a partir da periferia urbana. Outra dimensão é o silenciamento imposto, que por diferentes meios, incluísse a repressão policial, mas especialmente, a discriminação de suas práticas culturais e religiosas, que sempre contou com o apoio do Estado brasileiro, levou diferentes comunidades a uma atitude de desconfiança e alerta diante das ações de registro de suas atividades. Esse aspecto é menos relevante em tempos

atuais, mas ainda está presente. Por último, é preciso destacar que o tempo par realização da pesquisa foi limitado para a extensão do universo a ser pesquisado.

A dinâmica da expansão da cultura afro-brasileira em Goiânia pode ser identificada no quadro abaixo:

Ano de Criação	Comunidade	Manifestação Cultural
1950	Centro São Miguel	Umbanda
1953	Centro Espírita São Sebastião	Umbanda
		2
1967	Centro Espírita Anjo Ismael	Umbanda
1968	Capoeira - Mestre Bimba	Capoeira
1969	Terno Rosa e Branco	Congada
1969	Congada João Vaz	Congada
0	Casa de Umbanda João Grande	Umbanda
		5
1971	Congada 13 de Maio	Congada
1972	Ilê Ibá Ibomin	Casa de candomblé
		2
1981	Smith Odelic	Hip Hop
1982	Agremiação Mocidade do Samba	Escola de Samba
1986	Luiz Francisco	Hip Hop
0	Escola de Samba Flora do Vale	Escola de Samba
1987	DJ Fox	Hip Hop
1993	MC Baiano	Hip Hop
1989	Escola de Samba Lua Alá	Escola de Samba
		7
1990	Afoxé Omo Odé	Afoxé
1992	Centro Espírita José Baiano	Umbanda
1993	Ilê Axé Alaketu Omi Oxalufan	Casa de candomblé
1997	Danilo Joaquim	Hip Hop
1998	Ilê Axé Ajusán Akotum	Casa de candomblé
1998	Capoeira - Mestre Guaraná	Capoeira
1998	B-Boy Guri	Hip Hop
		7
2000	Babalaô Ifakemi Miguel	Culto de Ifá
2005	Ilê Axé Iyá Monlé Odô	Casa de candomblé
2001	Ilê Axé Oyá Izô	Casa de candomblé
2002	Coró de Pau	Bloco de Percussão
2006	Batucagê	Espaço cultural
2003	Aloísio Black	Hip Hop
2005	Congada Vinho e Branco	Congada
2006	Nação Negroide Baque do Cerrado	Maracatu
2006	Capoeira -Mestre Goiano	Capoeira
		9
2010	Tambor de Crioula - Noel Carvalho	Tambor de Crioula
2011	Asê Osun Omi Atalajo	Casa de candomblé
2011	Casa de Caridade Luz do Alvorecer	Umbanda
2011	Casa da Mamãe Oxum	Umbanda
2011	Congada Catupé Dourado	Congada
2011	Sertão Negro	Espaço cultural
2011	Mãe Rosângela	Umbanda
2012	CEUMANA	Umbanda
2013	Ilê Axé Fara Imorá Odé	Casa de candomblé
2013	Ilê Nila Bobô Axé Danferó	Casa de candomblé
2013	Centro Espírita Cabloco Pena Branca	Umbanda
2014	Tenda de Umbanda Luz de Aruanda	Umbanda
2015	Goiânia Clandestina	Espaço cultural
2015	Raniere	Umbanda
2016	Centro de Umbanda Cabocla Jurema	Umbanda
2015	MC Bia	Hip Hop
2015	Rafael Vaz	Hip Hop

2015	Babalaô Ailton	Culto de Ifã
0	Clube do Samba	Samba
2016	Bloco do Caçador	Bloco de Percussão
2017	Bloco Não é Não	Bloco de Percussão
2017	Vera Cult	Espaço cultural
2017	Ilê Axé Ojú Oyá Tí Rú Ofã	Casa de candomblé
2018	Caio de Odé	Casa de candomblé
2018	Casa de Caridade Solar Vovó Maria Conga	Umbanda
	Faraimará - Babalaô Patrick	Culto de Ifã
2019	Casa da Terra/Corrente do Coração d'Água	Umbanda
2019	Ilê Axé Onilê Ilerá	Casa de candomblé
2019	Congada Moçambique de Ogum	Congada
2008	Daphine Dona da Roda	Samba
		30
2020	Morada do Cruzeiro	Umbanda
2020	Terreiro de Umbanda Casa de Cabloco	Umbanda
2021	Casa Caboclo Pantera Negra	Umbanda
2022	Orum Aiyê	Espaço cultural
		4

No quadro, como apontado anteriormente, na década de 2010 registra uma forte aceleração da constituição de grupos e comunidades, totalizando 30 (trinta), que representa 50% das comunidades alcançadas pela pesquisa. Desse total 18 (dezoito) são de comunidades de religiões afro-brasileiras, representado 60% do total da década. Deve-se apontar ainda que nos três primeiros anos da década de 2020 já temos 4 (quatro) iniciativas de organização registradas. Os fatores que interferem nessa espanarão deverão ser analisados em pesquisa específica, mas de forma geral podemos especular em torno do avanço da luta antirracista no país e do amadurecimento de políticas públicas por parte do governo federal, especialmente de reconhecimento das manifestações culturais. Os avanços nessa luta tem marco fundamental na Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida de 31 de agosto e 8 de setembro em Durban, na África do Sul. Em 2001.

A partir do século XXI, o panorama começou a mudar consideravelmente. Esse período testemunhou um despertar em relação à conscientização racial e à busca por representatividade. O movimento por igualdade e justiça social ganhou força, e a necessidade de reconhecer, celebrar e preservar a riqueza cultural afro-brasileira tornou-se inegável.

Outro importante indicador do avanço da luta antirracista no país são dados pela aprovação da Lei 10.639/03, sancionada em 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica. Mais do que a sua

efetiva implantação pelos sistemas de educação do país, a sua aprovação pelo Congresso Nacional, marcado por uma atitude historicamente conservadora diante das relações raciais no país, indica um forte avanço na luta contra o racismo. É importante, ainda, apontar o impacto da políticas de cotas raciais no acesso à educação superior no Brasil. Assegurada pela Lei 12.711/2012, sancionada em agosto. A lei a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em todas às instituições federais de educação superior aos alunos oriundos do ensino médio público. Dentro das vagas de cotas 30% são reservados à pretos e pardos, alunos negros.

Outro aspecto apontado anteriormente refere-se a estruturação de política pública locais que efetivamente assegurem o apoio e valorização da cultura afro-brasileira. Essa ausência de apoio reflete-se, de maneira destacada na estrutura física e do registro legal das comunidades, impondo um quadro complexo e desafiador a essas.

Através da coleta e análise dos dados provenientes de diferentes categorias culturais, podemos observar padrões que refletem tanto a resiliência e determinação dessas expressões culturais, quanto as barreiras sistêmicas que enfrentam.

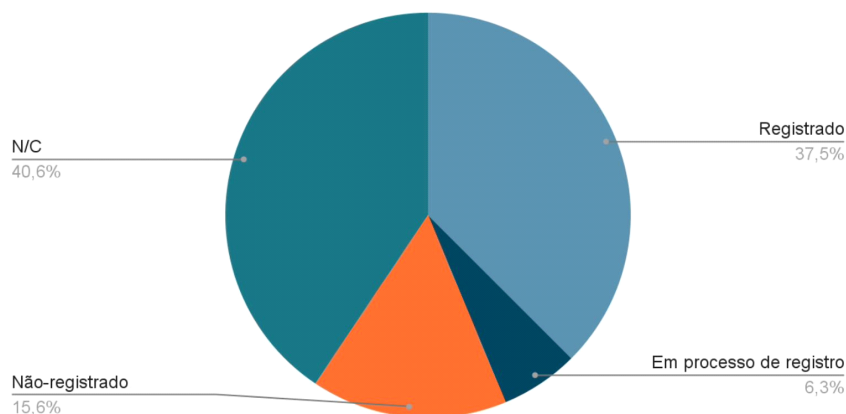
Em relação ao registro legal, emerge um aspecto crítico que lança luz sobre a complexa situação enfrentada pelas manifestações culturais afro-brasileiras em Goiânia. A constatação de um número significativo de locais não registrados e daqueles que se encontram em meio ao processo de registro ressalta as barreiras burocráticas e a ausência de reconhecimento formal que permeiam essas expressões culturais. A falta de uma validação legal apropriada não apenas contribui para a invisibilização desses espaços, mas também os priva do acesso às poucas políticas públicas que poderiam desempenhar um papel crucial em sua sobrevivência e desenvolvimento, bem como dificulta a formatação de novas políticas de apoio e reconhecimento, pois os instrumentos não podem ser eficazes à medida que não alcançam a realidade em sua dignaria nas comunidades.

A ausência de registro adequado, muitas vezes, impede que essas categorias culturais afro-brasileiras acessem os recursos disponíveis no âmbito das políticas públicas. Isso é reforçado que para além da realização do registro, atribuindo personalidade jurídica às comunidades, mantem-se as dificuldades de manutenção da

regularidade jurídica, seja pelo desconhecimento dos processos burocráticos, seja pelas custos financeiros que isso implica. Assim, muitas casas que tem registro em cartório e mesmo CNPJ, não tem como utilizá-los, pois estão irregulares, desde o processo de renovação de suas gestões, seja pela não regulação com a Receita Federal. A falta de reconhecimento formal, seja por negligência ou por dificuldades burocráticas, resulta em uma exclusão inadvertida dessas expressões da esfera de atenção do governo e das instituições responsáveis pela promoção cultural. Políticas de financiamento, incentivos fiscais e apoio técnico que poderiam contribuir substancialmente para a sustentabilidade desses locais frequentemente estão condicionadas ao status legal e ao reconhecimento oficial dessas entidades.

SITUAÇÃO JURÍDICA

64 ESPAÇOS DE CULTURA AFROBRASILEIRA ENTREVISTADOS



No gráfico acima identifica-se o limite imposto pelos processos burocráticos, os custos financeiros e pela discriminação. Apenas 36,5% das comunidades mantem registro. Como destacado anteriormente desses há ainda os que não conseguem manter esse atualizado, nem sua regularidade fiscal. Os que não tem registro encontra-se 41,3%, se somados aos 6,3% que ainda estão em processo, chega-se a 47,6%. A indicativos que os grupos que não responderam à este item, 15,9%, não mantenham isso enquanto uma prioridade de sua organização, podendo não tê-lo e não está atualizado.

A dificuldade que as categorias culturais enfrentam ao tentar lidar com os trâmites legais para o registro é um desafio que merece uma análise mais profunda. A falta de familiaridade com os processos e requisitos necessários para alcançar o reconhecimento legal é uma questão que vai além da simples complexidade burocrática. Essa lacuna

de conhecimento cria um cenário no qual muitos envolvidos nessas expressões culturais podem se sentir perdidos e desorientados em relação ao que é necessário para legalizar e registrar suas atividades, sendo uma das faces do processo de discriminação, do racismo, que alcança essas comunidades. Ao não assegurar uma política dirigida às necessidades e características dessas organizações culturais, o Estado as mantém à margem, fora da ordem legal.

A carência de orientação clara pode resultar em atrasos, erros e, em alguns casos, até mesmo na desistência de buscar o registro. O processo de registro é crucial para garantir que essas categorias culturais possam acessar políticas públicas, financiamentos e apoio técnico que poderiam ser vitais para a manutenção e a expansão de suas atividades. No entanto, sem uma compreensão adequada dos trâmites legais, essas oportunidades podem permanecer inacessíveis, deixando essas expressões culturais em um estado de vulnerabilidade.

Além disso, a dificuldade em entender os trâmites legais pode ser exacerbada pelas dificuldades financeiras que muitas dessas categorias enfrentam. A falta de recursos para contratar profissionais especializados em questões legais ou para arcar com as taxas e custos associados ao processo de registro pode criar um ciclo de impedimentos. Isso acaba por reforçar a sensação de que o registro é uma meta inatingível, criando uma barreira adicional para a legalização dessas entidades culturais.

No que diz respeito à estrutura física, o panorama que se apresenta é revelador das complexidades que permeiam os espaços culturais afro-brasileiros em Goiânia. A dependência quase que universal de financiamentos particulares para manutenção e funcionamento é um indicativo contundente das condições desafiadoras que esses locais enfrentam. A sobrevivência dessas expressões culturais muitas vezes repousa sobre a boa vontade de grupos ou famílias que se empenham em oferecer suporte financeiro, enfatizando um desafio intrínseco à sua sustentabilidade a longo prazo.

A carência de recursos próprios é uma característica notável que permeia diversas categorias, revelando uma realidade na qual a infraestrutura permanece como um ativo escasso e, em muitos casos, inatingível. A opção recorrente pelo aluguel de espaços é uma solução pragmaticamente adotada, porém, essa escolha tem suas implicações. Ao

dependem de locações externas, essas iniciativas se encontram suscetíveis a oscilações nos custos de aluguel e à disponibilidade de espaços apropriados. Isso, por sua vez, pode comprometer a estabilidade operacional e a continuidade dessas expressões culturais, uma vez que estão à mercê das flutuações econômicas e das demandas do mercado imobiliário.

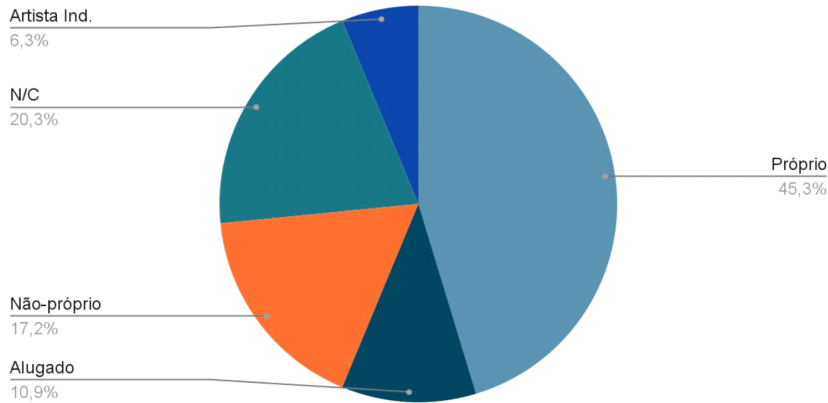
Uma observação de grande relevância é que muitas das categorias culturais abordadas enfrentam uma situação em que as estruturas utilizadas não são de propriedade própria. Essa característica intrínseca à maioria dos espaços amplifica significativamente a vulnerabilidade dessas diante das flutuações econômicas e das mudanças políticas. Ao dependerem de locações ou espaços cedidos, essas iniciativas estão sujeitas a uma instabilidade que pode ser potencializada em momentos de incerteza.

A ausência de propriedade própria limita a autonomia dessas categorias, dificultando a implementação de planos de longo prazo e a realização de investimentos que poderiam fortalecer sua estrutura e alcance. Adicionalmente, em face de transformações econômicas, como aumentos nos custos de aluguel ou crises financeiras, essas categorias culturais enfrentam a ameaça real de terem suas atividades interrompidas ou comprometidas, ressaltando a importância da estabilidade estrutural.

No gráfico abaixo pode-se observar que a maioria das manifestações culturais e religiosas não tem uma estrutura física que assegure o desenvolvimento de suas atividades. A observação dos dados trazidos deve ser cuidadosa. Em primeiro lugar porque são diferentes fenômenos culturais, envolvendo desde artistas individuais do samba e hip hop até comunidades tradicionais de terreiro. Por outro lado a declaração de 44,4% dos detentores que declararam ter espaço próprio, indicam que a propriedade é individual e não da comunidade. Ao mesmo tempo esse percentual é maior devido à presença das comunidades das religiões afro-brasileiras, em que o sacerdote mantém suas comunidades em suas próprias residências, fenômeno que ocorre com a maioria deles.

ESTRUTURA FÍSICA

64 ESPAÇOS DE CULTURA AFROBRASILEIRA ENTREVISTADOS



O fenômeno da personalização emerge como um traço marcante na dinâmica das expressões culturais afro-brasileiras em Goiânia. Esse fenômeno revela uma interdependência profunda entre essas manifestações e indivíduos ou grupos que atuam como mantenedores físicos ou financeiros. Nesse contexto, essas categorias culturais frequentemente se articulam em torno dessas pessoas, cujo apoio desempenha um papel vital na preservação e promoção da cultura afro-brasileira. Por um lado isso resulta da própria dignaria dessas manifestações culturais, que em sua maioria tem um mestre ou sacerdote. A oralidade, característica da cultura afro-brasileira, se organiza em torno dos detentores de saber, que se tornam mestres da cultura popular, como já reconhecido pelo Estado brasileiro.

Um elemento central dessa personalização é a dependência dessas categorias culturais de pessoas físicas ou grupos que se comprometem a sustentar essas expressões. Seja por meio de recursos financeiros ou da dedicação de tempo e esforço, esses mantenedores se tornam pilares fundamentais para a continuidade dessas manifestações. Entretanto, essa condição, impõe uma forte vulnerabilidade às comunidades, seja por dependerem de seus mantenedores, seja por não poderem acessar recursos públicos que possam apoiar suas atividades, como isenções aos espaços que desenvolvem atividades religiosas. O Estado insiste em não reconhecer as especificidades e características dessas comunidades. É necessário reconhecer suas dinâmicas culturais e normatizar para tais condições.

Assim, a carência de estruturas físicas próprias ou de recursos financeiros adequados muitas vezes leva essas

expressões estabelecem um alto grau de vulnerabilidade, comprometendo, em muitos casos, sua continuidade. A ausência de estrutura física e de sustentabilidade financeira de seu funcionamento, limitando em diferentes aspectos o que é feito e sua capacidade de tornar-se visível. Nesse sentido a manutenção desses limites reforçam a exclusão, atualizam o racismo.

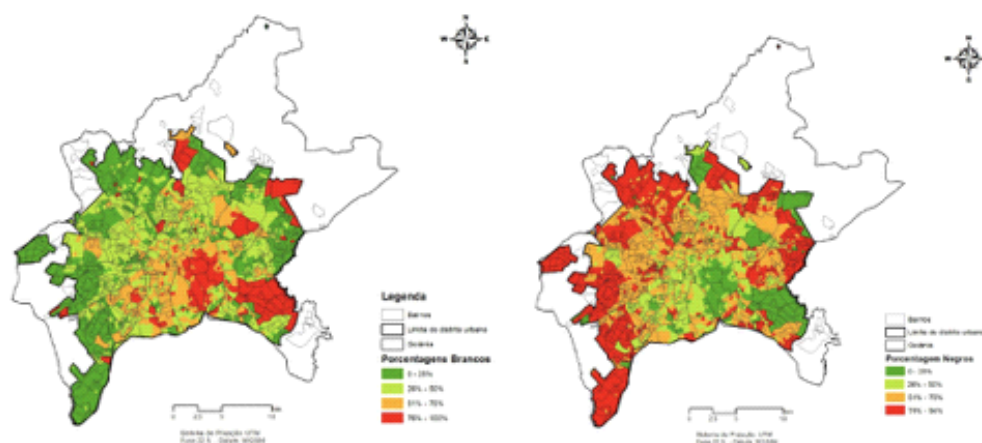
Goiânia é uma cidade marcada por uma forte expansão, seja pelo seu crescimento populacional, seja concentração de riquezas, que a condição de capital lhe assegura. Nasceu sob o ideário da modernidade, como já foi apontado em diferentes estudos, CHAUL (1997), GOMIDE (2003). Ao longo de sua trajetória histórica a cidade, planejada para 50.000 habitantes, chegou em 2022 a 1.437.237 pessoas, constituindo uma região metropolitana, composto por 21 municípios, em que o trânsito populacional é intenso. É realidade é marcada por diferentes correntes migratórias do país, afirmando uma dimensão plural e multicultural, característica do país, mas confirmada em Goiânia pela centralidade de sua posição geográfica, o centro do país. Nesse ambiente a configuração do diverso, é importante, ultrapassar a compreensão de uma cidade com uma única referência cultural.

Essa população se articula com outros municípios na Região Metropolitana de Goiânia, composta por 20 municípios. Esses viveram na última década cresceram, em termos populacionais, acima da média do estado, que foi de 17,55%. Do total dos municípios da região, apenas estiveram abaixo dessa média. Nesse processo a região metropolitana concentra 36% da população de Goiás, enquanto Goiânia chega a 20,37%. Outras regiões do estado em forte expansão se encontram no Sudoeste Goiano e no Entorno do Distrito Federal. É evidente que o impacto cultural sobre o estado é bastante relevante, dado a grande concentração populacional e ser o seu centro político, que concentra decisões, meios de comunicação, instituições de educação superior, entre outros.

Há de se destacar que, nesse processo vários bairros de municípios conurbados à capital se configuram como periferias dessa. Os motivos desse processo se vinculam à configuração de áreas de marginalização e isolamento de populações, especialmente a negra. No quadro abaixo (NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2015) verifica-se as fases de crescimento de Goiânia.

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Goiânia, localização do município em Goiás e no Brasil e das regiões de articulação urbano-regional de Goiânia.
Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível observar que a partir dos anos de 1990 ocorre a principal expansão na constituição das principais áreas que concentram a população negra. Na lógica do que Danilo Ferreira, em dissertação de 2014, denomina de segregação racial (FERREIRA, 2014). Ao apontar a distribuição entre brancos e negros na cidade de Goiânia o autor apresenta a configuração espacial por raça na capital.



Fonte: FERREIRA, 2014

Nesse mesmo processo grande parte das comunidades da cultura afro-brasileira se estruturam em bairros periféricos da cidade, em especial, as comunidades tradicionais de terreiro, essas foram se deslocando para municípios da região metropolitana de Goiânia, principalmente em função do custo de áreas para sua instalação, concentrando-se especialmente em Aparecida de Goiânia. Em levantamento preliminar, identificou-se, em relação ao candomblé, 33 casas nesse município, portanto, equivalente, a aproximadamente 3 vezes o número de comunidades do que em Goiânia. No mapeamento, identificou-se, ainda, casas em Goianira, Senador Canedo, Trindade, Abadia de Goiás. Esse mesmo fenômeno alcança também grupos de contadas, podendo-se identificar um terço em Goianira.

Em uma análise preliminar é possível identificar uma aproximação entre as regiões maioria da população negra e a constituição de comunidades da cultura afro-brasileira. O exemplo mais significativo está na Região Noroeste de Goiânia, que em grande parte de seus bairros tem mais de 75% de sua população de negros, como identificado nos mapas acima. Aí se organizam comunidades de candomblé e umbanda, congadas e hip hop. Essa vinculação deverá ser objeto de maior sistematização e de futuros estudos. É

preciso destacar, ainda que, a organização das comunidades mais antigas, especialmente aquela que se estruturaram entre as décadas de 1960 e 1980, se deu na periferia da cidade, que foram incorporadas aos setores de maior valorização, submetendo algumas comunidades a um processo de pressão para sua expulsão.

O notável crescimento da visibilidade das expressões afro-brasileiras pode ser considerado uma resposta direta à crescente conscientização sobre a importância da representatividade. A busca por igualdade e justiça impulsionou a necessidade de reconhecer as contribuições culturais muitas vezes negligenciadas da comunidade afro-brasileira. Assim, a explosão de atividades culturais afro-brasileiras após os anos 2000 reflete a luta dos movimentos negros e pelo reconhecimento e importância da diversidade cultural brasileira.

No quadro abaixo está identificado o número de manifestações culturais e religiosas por denominação, ou como cada comunidade se identifica, bem como o número de participantes ou adeptos. Pode-se identificar a forte presença das comunidades tradicionais de terreiro, que representam, das comunidades alcançadas, 44,4% dos membros das comunidades e 52,8% dessas. Isso se vincula ao fato de que primeiramente a umbanda e em seguida o candomblé foram espaços fundamentais para a difusão da cultura afro-brasileira em Goiânia. Esse aspecto é perceptível no próprio processo de construção da cultura negra em nosso país. Todas as manifestações culturais de matriz africana tem relações com os terreiros brasileiros. É importante destacar que as cosmovisões dos diferentes povos africanos, que vieram pela diáspora promovida pela escravidão, estavam centradas na dimensão da ancestralidade e, essa fundamenta a experiência religiosa.

Manifestação cultural	Nº de grupos	Participantes	N Contatado
Afoxé	1	60	0
Blocos de percussão	3	145	1
Candomblé	11	510	3
Umbanda	17	582	74
Capoeira	3	130	2
Congada	6	237	2
Escola de samba	1	600	2
Espaços culturais	4	97	1
Hip Hop	5	50	3
Maracatu	1	16	
Tambor de crioula	1	30	0
	53	2.457	90

Aqui deve-se registrar que também estão ligadas às comunidades tradicionais de terreiro a grande maioria de

grupos e comunidades que foram informados, mas não alcançados pela pesquisa de campo. Os aspectos que predominam nessa ausência para foram apontados anteriormente. Assim, nessa categoria, elas representam 87,8% do total. Recomenda-se a continuidade do levantamento sistemáticos da pesquisa de campo relação às comunidades tradicionais de terreiro até o mês de dezembro para que se possa ter uma visão mais aproximada da realidade. Ao analisarmos, com base nos dados do quadros acima, as casas de umbanda tem, em média, 34 adeptos em cada comunidade, ao multiplicarmos esse número pelo de casas informadas pela Federação de Umbanda e Candomblé do Estado de Goiás, que não se conseguiu entrar em contato, chega-se a um número de possíveis membros das religiões afro-brasileiras de 2.516, que somados aos já registrados dariam um total de 3.608.

O percentual alcançado no item cultura popular em relação ao número de participantes é de 1.218 pessoas, que representa 49,6% do total. Ao mesmo tempo ao analisar-se o número de comunidades essas totalizam 16, representado 30,2% do universo alcançado. Essa diferença está vinculada à Escola de Samba Lua Lá, que informou um total de 600 membros, que equivale a quase metade dos participantes de comunidades que estão categorizadas em cultura popular. Esse percentual indica a profunda vinculação entre a presença negra na sociedade brasileira e sua cultura popular.

Deve-se destacar ainda que os dados de grupos e artistas do samba em Goiânia não foram devidamente dimensionados, por isso não constam da totalização aqui realizada. Dado à dinâmica dessa expressão cultural na sociedade contemporânea, que ultrapassou as fronteiras das expressões construídas em comunidade, é necessária a realização de uma pesquisa específica sobre o tema, com outra base metodológica para alcançar suas características e formas de estruturação. Deve-se ainda que na última década é, também, um período de expansão e fortalecimento dessa expressão artística e cultural, ampliando os espaços culturais e de lazer que se abrem ao samba, bem como, de artistas e instrumentistas.

Indicações para a estruturação de políticas públicas

É preciso estabelecer uma clara política que valorize, reconheça e apoie a cultura afro-brasileira em todas as esferas do Estado brasileiro, reconhecendo a herança

cultural, as construções identitárias, a geração de renda e sua contribuição da população negra na construção da nação. Para isso indica-se na esfera do poder público municipal:

- 1- Política de tombamento, registro e certificação de todos os bens culturais;
- 2- Efetiva implementação da Lei 10.639/04, substituída pela Lei 11.645/15 nos CMEIs e escolas da rede pública municipal;
- 3- Definição de uma política de registro e manutenção da regularidade jurídica para as comunidades;
- 4- Manutenção de uma política de identificação permanente das manifestações culturais e religiosas e de suas comunidades;
- 5- Desenvolvimento de uma política cultural voltada ao apoio, financiamento e valorização da cultura afro-brasileira;
- 6- Estimular e dar visibilidade aos espaços e processos culturais desenvolvidos pelas comunidades e artistas individuais;
- 7- Dar estímulo e apoio aos espaços culturais e de lazer que fomentam as manifestações culturais afro-brasileiras;
- 8- Estruturação de legislação e política de isenção fiscal aos espaços em que as comunidades desenvolvem suas atividades culturais e religiosas;
- 9- Realização de encontro anual da cultura afro-brasileira em Goiânia, indicando-se o mês de novembro;
- 10 - Avançar no combate ao racismo em todas as suas formas.